

ARENA PANTANAL VAI SER SEDE DA COPA DO MUNDO FEMININA

Daniel B. Meneses/Secom-MT

Da redação

A Arena Pantanal, em Cuiabá, vai receber jogos da Copa do Mundo Feminina de Futebol de 2027. O estádio, gerido pela Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer de Mato Grosso (Secel-MT), foi indicado pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF) na candidatura do Brasil para concorrer como sede da competição. O resultado foi divulgado na madrugada de sexta-feira (17.05), durante congresso da Fifa em Bangkok, na Tailândia.

"Estamos muito felizes com essa escolha, pois é o resultado de um trabalho de uma equipe incrível e de uma estrutura de Governo sensacional, que nos dá todo o apoio. São mais de cinco anos de trabalho para deixar os nossos equipamentos esportivos e as nossas estruturas prontas e em condições de receber grandes eventos dessa forma. Mato Grosso, mais uma vez, marca a história do esporte em nosso país", ressaltou o secretário da



Secel-MT, Jefferson Carvalho Neves.

Esta será a primeira vez que a Copa do Mundo Feminina de Futebol será disputada na América do Sul. O Brasil já havia recebido duas copas masculinas, em 1950 e em 2014, sendo

que, em 2014, a Arena Pantanal também foi subsele da competição masculina.

Em setembro do ano passado, a coordenadora-geral da candidatura do Brasil para a competição, Jacqueline Barros, afirmou que Cuiabá estava apta

para receber os jogos da competição esportiva. "Escolhemos Cuiabá por já ter essa experiência na Copa do Mundo de 2014 e ter toda a estrutura necessária", relatou Jacqueline.

Ela ressaltou, ainda, que a escolha é fruto dos in-

vestimentos que vêm sendo feitos pelo Governo do Estado na Arena Pantanal. "Tem estádio pronto, infraestrutura, rede hoteleira, centro de treinamento. E outra, é um local acolhedor, né? Aqui temos um povo acolhedor que sabe receber

bem os turistas, o público, os torcedores", pontuou a representante da CBF.

Na votação desta sexta-feira, o Brasil venceu por um placar de 119 votos a 78 para Bélgica, Alemanha e Holanda. Os países europeus haviam apresentado uma candidatura conjunta que concorria com a proposta brasileira. Já os Estados Unidos e o México haviam desistido da disputa em abril.

GRANDES COMPETIÇÕES - Investimentos e trabalhos contínuos do Governo de Mato Grosso na Arena Pantanal tornaram o estádio palco da elite do futebol e de variados eventos, possibilitando o fortalecimento de clubes mato-grossenses e impactando positivamente a economia local e o lazer oferecido à população.

Mantida pela Secel, a Arena recebeu importantes competições ao longo dos últimos anos, dentre elas a Copa América, Eliminatórias da Copa do Mundo de 2026, Copa Sul-Americana, Supercopa do Brasil e jogos da série A do Brasileirão.

MT TEM DÉFICIT DE QUASE DUAS MIL ANTENAS DE TELEFONIA MÓVEL

Ilustração | Freepik

Da redação

Mato Grosso sofre de um déficit acentuado na instalação de antenas, com uma proporção de apenas uma para cada 4.538 habitantes, enquanto o contrato exige uma antena para cada mil habitantes. O relatório final sobre a qualidade dos serviços de telefonia móvel oferecidos pelas operadoras Vivo, Tim, Oi e Claro, da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, conhecida como CPI da Telefonia Móvel, apontou uma carência de quase duas mil antenas no estado.

O documento, detalhado em seis volumes de 1.508 páginas, foi apresentado pelo relator, deputado Dr. Eugênio (PSB), nesta quinta-feira, 16 de maio, após 13 meses de investigações. Ele revela que a cobertura de telefonia móvel em Mato Grosso está significativamente abaixo dos padrões acordados com a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

O relator Dr. Eugênio criticou a atuação da Anatel, acusando o órgão de atuar como advogado das operadoras em vez de regulador. "Isso é muito grave. Cabe ao Ministério Público Estadual tomar as medidas cabíveis", enfatizou.



Além disso, o documento aponta para um déficit crítico na infraestrutura de telecomunicações, que compromete a qualidade do serviço prestado aos consumidores. A CPI identificou que, além da deficiência em antenas, não há planos de expansão adequados para áreas rurais e aldeias indígenas, levantando preocupações sobre a inclusão digital e a comunicação em regiões vulneráveis.

O presidente da CPI, deputado Diego Guimarães (Republicanos), informou que, após a aprovação do relatório pelo plenário na forma de um Projeto de Resolução, o documento será encaminhado para o Ministério Público Estadual (MPE), Anatel e Procon.

"Existe a possibilidade de a CPI propor ao Minis-

tério Público a abertura de uma ação pública contra as operadoras, visando uma reparação coletiva dos danos causados pela má prestação de serviços", afirmou Guimarães.

Durante a reunião, o deputado Carlos Avallone (PSDB), que é integrante da CPI, sugeriu a criação de um grupo de acompanhamento dos serviços que são prestados pelas operadoras de telefonia móvel à população mato-grossense. A sugestão foi aprovada pela CPI e, de acordo com Diego Guimarães, será colocada em prática pelos próprios deputados que compõem a comissão.

Outra proposta acatada pela CPI foi a de sugerir ao governo do estado um programa de conectividade para atender os 142 municípios de Mato

Grosso. "Há conglomerados populacionais que não são contemplados com os leilões 4G e 5G pelas operadoras. Há distritos com 12 mil habitantes que não têm sinais de internet. São serviços que as operadoras não têm obrigação de fazer, porque não estão em seus contratos celebrados com a Anatel. Por isso, o governo precisa assumir esse compromisso com a população", disse Guimarães.

RECLAMAÇÕES E INSPEÇÕES - De acordo com informações do Procon/MT, nos últimos dez anos foram registradas mais de 73 mil reclamações contra as operadoras de telefonia no estado. A CPI realizou visitas a várias regiões de Mato Grosso e ouviu depoimentos da população sobre a qualidade do serviço.

Justiça solta delegado acusado de chefiar escritório do crime

Fernanda Leite

Acusado de transformar a Delegacia da Polícia Civil de Peixoto de Azevedo em um "escritório do crime", o delegado Geordan Antunes Fontenelle Rodrigues conseguiu um habeas corpus para deixar a prisão, mediante o cumprimento de medidas cautelares. A decisão da 4ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Mato Grosso foi proferida na quarta-feira, 15 de maio.

Para permanecer solto, Geordan terá que cumprir uma série de medidas cautelares, como: apreensão do passaporte, suspensão da posse/porte de arma de fogo, afastamento da função e outras medidas (veja a lista completa no final da matéria).

A decisão seguiu o parecer do Ministério Público, que se manifestou favorável à soltura de Geordan, pois as investigações da Operação Diaphthora já foram encerradas.

Entre os crimes cometidos pelos investigados estão o pagamento de vantagens indevidas para liberação de bens apreendidos, exigência de pagamento de "diárias" para hospedagem de presos no alojamento da delegacia e pagamentos mensais sob a condição de decidir sobre procedimentos criminais em trâmite na unidade policial.

OPERAÇÃO DIAPHTHORA - O delegado Geordan Rodrigues foi apontado como mentor de um esquema de corrupção dentro da delegacia que chefiava no município de Peixoto de Azevedo. O servidor público estava em estágio probatório e deve ser expulso do cargo.

Segundo as investigações, policiais civis, advogados e garimpeiros montaram um esquema de corrupção passiva, associação criminosa, advocacia administrativa e assessoramento de segurança privada.

Custo da cesta básica aumenta

PÁG. 4



Leia a versão digital do Estadão Mato Grosso no seu celular pelo QR Code ao lado!



EDITORIAL

Futuro em risco

Em frente a os neste momento que talvez seja um dos maiores desafios da história do Brasil: uma profunda crise política e econômica que perdura há quase uma década, temperada com questões de ordem social e ambiental. Temos, pois, um momento de profunda complexidade ao avaliar nosso futuro como país. Mas há um fator que complica mais ainda nossa situação. A juventude brasileira está perdendo as esperanças de um futuro melhor e de qualquer mudança positiva no país, um cenário que leva cerca de 47% dos jovens a pensar em deixar o Brasil para ter uma vida melhor no exterior.

Nem mesmo os jovens mais qualificados veem condições de permanecer no Brasil, sobretudo após o sucateamento mais recente das instituições de ensino e pesquisa, uma situação que leva à 'fuga de cérebros'. A desesperança desse segmento da população foi captada no Atlas das Juventudes, pesquisa promovida pelas redes de organizações Em Movimento e Pacto das Juventudes pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em parceria

com a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Essa situação é particularmente preocupante diante do fato de que o Brasil vive hoje seu 'bônus demográfico', período de ouro na história de qualquer nação, quando o contingente de pessoas ativas é maior do que o de dependentes, crianças e idosos. Hoje, são mais de 50 milhões de jovens no Brasil, com idades entre 15 e 29 anos, o que representa ainda uma oportunidade para o desenvolvimento. Afinal, por meio da participação dos jovens, é possível encontrar novas soluções e possibilidades, muitas vezes rompendo com formas tradicionais e já desgastadas de abordar os problemas.

O problema é que os jovens brasileiros estão acreditando cada vez menos em seu país. E não é para menos. Com a chegada da pandemia, cerca de 70% dos jovens relatam ter dificuldades para conseguir emprego. Foram eles também os que mais perderam renda durante esse período de adversidade. Como resultado, apenas 70% dos jovens brasileiros acreditam que é possível prosperar através do trabalho, um número muito inferior ao de nossos vi-

zinhos sul-americanos. Na Argentina, que também vive uma profunda crise, o índice atinge 85%, chegando a 91% na Bolívia.

Tamanha desesperança se reflete na vontade dos jovens de participar da vida política. A filiação de jovens a partidos políticos caiu 44% entre 2010 e 2018. Mas isso não significa o mero desinteresse. Aliás, a política foi o tema de maior interesse de jovens que participaram do Atlas, com 54% dos participantes indicando que eram ligados a alguma causa ou defendiam alguma bandeira. O que se vê, de fato, é uma descrença com as instituições públicas brasileiras, resultado de uma sequência de governos que esqueceram de olhar para os jovens e de projetar o futuro.

Os dados do Atlas das Juventudes mostram que o próximo governo que se formar tem um grande desafio à frente para devolver a esperança de dias melhores aos nossos jovens. Caso contrário, estaremos condenando nosso futuro enquanto Nação. Afinal, como bem lembram os autores do estudo, "não há melhor predictor do futuro do País que o universo dos jovens de hoje".

Descarte correto de lâmpadas

Camilla Horizonte (*)

As mudanças climáticas são um dos maiores problemas enfrentados pela sociedade atual, e a má gestão de resíduos também contribui com essa problemática causando a poluição atmosférica, hídrica e do solo, além de ocasionar danos à saúde das pessoas.

Mas, o que é gestão de resíduos?

De forma simples, é o processo pelo qual um resíduo passa desde sua geração até sua disposição final. Isso inclui atividades como coleta, transporte, tratamento, reciclagem e disposição final, seja de pessoas jurídicas ou pessoas físicas. O objetivo é garantir a proteção ao meio ambiente, a promoção da sustentabilidade e a minimização de impactos negativos para o meio ambiente e a sociedade.

Hoje, a gestão de resíduos, enfrenta desafios complexos que exigem, entre outras ações, maior conscientização, integração, fiscalização e aumento na capacidade de coleta. Por outro lado, novas tecnologias e sistemas, surgem rapidamente permitindo que os processos sejam otimizados e modernizados, reduzindo a quantidade de resíduos que vão para aterros, estimulando a inovação, economizando energia e minimizando os impactos ambientais.

As entidades gestoras, responsáveis por realizar a gestão de diversos tipos de resíduos como, por exemplo, eletrônicos, óleo de cozinha, pilhas, baterias de chumbo ácido, entre outros, têm o papel fundamental de garantir o cumprimento da legislação por todos os envolvidos no ciclo de vida do resíduo e garantir a sua coleta e destinação ambientalmente correta.

Quando se trata de lâmpadas fluorescentes, que contêm metais pesados como o mercúrio, o descarte inadequado pode levar à contaminação do solo, dos lençóis freáticos, do ecossistema dos rios e até mesmo prejudicar a saúde humana caso seja consumido algo contaminado.

Importância da destinação ambientalmente correta de lâmpadas fluorescentes

• Redução da contaminação ambiental: As lâmpadas fluorescentes, quando descartadas no lixo comum ou coleta seletiva, podem ter seu destino final em algum lixão



ou aterro inadequado para resíduos perigosos. O descarte ambientalmente correto é essencial e garante que todos os componentes sejam descontaminados, evitando a contaminação do meio ambiente;

• Reaproveitamento de recursos: Quando descontaminados, os componentes da lâmpada, a depender das legislações estaduais, podem retornar à cadeia produtiva, evitando a extração de novos recursos naturais, além de promover a economia circular. O reaproveitamento de recursos, em conformidade com as devidas regulamentações, não apenas ajuda a proteger o meio ambiente, mas também garante a conformidade legal das empresas e organizações envolvidas no processo de reciclagem;

• Prevenção de impactos negativos na saúde: Ao dar o destino certo para lâmpadas fluorescentes, evita-se a contaminação do solo, da água, do ecossistema, de alimentos e recursos que podem ser consumidos por pessoas. Os efeitos do mercúrio na saúde podem variar dependendo da quantidade e do tipo de exposição, e incluem impactos no desenvolvimento infantil, problemas neurológicos e respiratórios, danos renais, problemas cardiovasculares entre outros.

A Reciclus gestora responsável pela logística reversa de lâmpadas com mercúrio no Brasil, atua na implementação de pontos de entrega para que pessoas físicas possam descartar suas lâmpadas gratuitamente. E, atualmente, conta com mais de 3,9 mil pontos em todo o país, localizados em estabelecimentos de fácil acesso para os consumidores, como lojas de materiais de construção, supermercados e lojas de iluminação. Os endereços podem ser consultados no site da entidade, clicando em "Onde Descartar".

Além da logística reversa de lâmpadas, a Reciclus trabalha de forma contínua a educação ambiental por meio de suas campanhas, com grande foco nas crianças e jovens por meio do programa Reciclus Educa, que tem por objetivo oferecer gratuitamente materiais educativos para professores e alunos de escolas públicas e privadas.

*CAMILLA HORIZONTE – Gerente de Operações e Marketing da Reciclus.

Deslocamento do trabalho rural

Matheus Freschi França (*)

As horas in itinere, ou horas de deslocamento, consistem na obrigação da empresa em computar o tempo que o seu colaborador leva para chegar ao trabalho como horas efetivamente trabalhadas, nas situações em que o empregador fornece a condução e o local de trabalho é de difícil acesso ou não servido por transporte público.

Esse regramento foi primeiramente tratado através da Súmula 90 do TST, e posteriormente inserido na CLT através do parágrafo 2º do artigo 58, sendo utilizado tanto para os trabalhadores urbanos quanto para os rurais, até a entrada em vigor da Lei 13.467/2017, também conhecida como "reforma trabalhista", a qual alterou substancialmente a redação do parágrafo 2º do art. 58 da CLT, levando ao entendimento de uma exclusão por completo das horas de deslocamento.

A reforma trabalhista trouxe muitas mudanças, levando o Tribunal Superior do Trabalho a reconhecer a necessidade de uniformizar o entendimento sobre quais contratos de trabalho seriam afetados por essas alterações. Tratando, inclusive, se a reforma seria válida para os contratos de trabalho que já existiam antes da sua entrada em vigor.

Entretanto, no que diz respeito às horas in itinere do trabalhador rural, a discussão traz consigo questões ainda mais profundas do que o tema atualmente debatido no TST. Tendo em vista que, a depender do resultado do julgamento pelo TST, as alterações implementadas pela reforma trabalhista poderiam ser aplicadas tão somente para os contratos de trabalho que se iniciaram após novembro de 2017, não sendo válidas para os contratos de trabalho que já estavam em curso.

Ocorre que, no caso específico dos trabalhadores rurais, as horas de deslocamento podem ser devidas até mesmo para contratos iniciados após a reforma trabalhista, nesse sentido foi a decisão, ainda não transitada



em julgado, do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (Tema 27), perante o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região – Campinas, o qual entendeu que a nova redação do parágrafo 2º do art. 58 da CLT, estaria restrito a locais de fácil acesso, ainda sendo devidas as horas in itinere para locais de difícil acesso ou sem transporte público, tal qual a grande maioria das propriedades rurais.

Em igual sentido, temos decisões de outros Tribunais Regionais do Trabalho que mantêm a obrigatoriedade das horas in itinere para rurais, mesmo para contratos iniciados após a reforma trabalhista, sob o fundamento de que a CLT, e consequentemente a nova redação do art. 58, não seriam aplicáveis à essa categoria, devendo ser aplicada o quanto expresso na Lei 5.889/73, criada especificamente para regular as relações de trabalho rural, embora não haja qualquer previsão de horas in itinere em seus artigos.

O atual cenário envolvendo as horas de deslocamento dos trabalhadores rurais reforça ainda mais a insegurança jurídica na aplicação imediata das alterações promovidas pela reforma trabalhista, principalmente no que diz respeito aos direitos que foram com ela suprimidos, evidenciando a necessidade de uma atuação jurídica estratégica na tomada de decisões por parte dos empregadores.

Porém, é importante destacar que com o julgamento do Tema 1.046 pelo STF, foi reconhecida a validade de norma coletiva de trabalho que limita ou restringe direito trabalhista não assegurado constitucionalmente, ou seja, para grande parte dos Tribunais, é possível alterar ou suprimir o pagamento das horas in itinere através de negociações coletivas, reforçando a necessidade latente de se investir nas relações entre empregadores e sindicatos nos tempos atuais.

*MATHEUS FRESCHI FRANÇA é advogado Trabalhista no Marcos Martins Advogados

Impulsionando as exportações

Marcio Dias (*)

A participação de pequenos negócios nas vendas externas é um tema global, obrigatório quando se fala de crescimento econômico sustentável e inclusivo. O estudo Perspectivas de PME e Empreendedorismo 2023, realizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), aponta que as pequenas e médias empresas, apesar de serem responsáveis por 69% dos empregos nas companhias industriais entre os 35 países membros da instituição e por 59% do volume de negócios, têm participação comercial relativamente menor em comparação às grandes corporações, representando 45% das exportações. De acordo com o levantamento, essa sub-representação no comércio internacional ocorre, muitas vezes, pelo baixo conhecimento sobre mercados e regulamentações, assim como capacidade financeira insuficiente.

No Brasil, a pesquisa Pequenos Negócios no Comércio Exterior, divulgada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), a partir de dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) em um intervalo de cinco anos (2017 a 2022), demonstra que o número de micro e pequenas empresas (MPEs) exportadoras passou de 7.117 para 11.413, um crescimento superior a 60%.

O aumento da representatividade alcançou níveis recordes nos dois anos de auge da Covid-19, o que sugere que essas companhias souberam aproveitar os benefícios oferecidos em programas micro e macroeconômicos do período, passando a representar 41% dos embarcadores nacionais em 2022. O crescimento do número de MPEs nas exportações é superior ao das médias e grandes empresas (MGEs). O aumento médio anual foi de 10,3%, quatro vezes mais que o das MGEs, com 2,5%.

Apesar desse movimento positivo, a situação ainda está longe do real potencial do setor. De acordo com dados da Balança Comercial, em 2022, ano final do período analisado pelo estudo do Sebrae, as exportações brasileiras somaram US\$ 335 bilhões, mas as MPEs foram responsáveis por apenas US\$ 3,1 bilhões, menos de 1% do total.

Tal cenário é justificado ainda pela falta de conhecimento sobre barreiras não tarifárias, regulamentos e procedimentos fronteiriços e acesso limitado ao financiamento. Falta cultura exportadora para as pequenas corporações em quase todo mundo e no Brasil não é diferente.

Para incentivar a atuação de forma mais ampla, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) lançou a Política Nacional da Cultura Exportadora (PNCE). O objetivo é auxiliá-las a ultrapassarem a barreira de 1% de participação nas exportações e descentralizar as operações (atualmente concentradas - cerca de 90% - nas regiões Sul e Sudeste), por meio de políticas públicas para desenvolver e fortalecer ações para inserir mais empresas na atividade e apoiar sua permanência no mercado global.

Entre outras medidas recentemente adotadas pelo governo estão o Programa de Qualificação para Exportação (Peiex), uma parceria da Agência Brasileira de Promoção de Expor-



tações e Investimentos (Apex) com a instituição Athon Ensino Superior, que visa preparar empresas para iniciar o processo de exportação de forma planejada e segura; e a Licença Flex, que desburocratiza processos e diminui os custos para emissão de licenças a empresas exportadoras.

As medidas chegam em boa hora, e por diferentes motivos, e precisam avançar rapidamente. O aumento de negócios das MPEs no mercado externo fortalece e beneficia toda a cadeia de prestadores de serviços envolvidos nas operações internacionais. Além de gerarem receita e empregos, ampliam as vendas externas do Brasil e, consequentemente, o superávit na balança comercial brasileira. As iniciativas também são importantes para aumentar o número de produtos da pauta de exportação, já que hoje 40% estão concentradas em apenas três itens: soja, petróleo bruto e minério de ferro. Diversificar, portanto, significa diminuir a dependência de oscilações de preços e de demanda por essas commodities, que são altamente impactadas por questões econômicas e geopolíticas.

Apesar de muitos pequenos empresários acreditarem que é complexo exportar, já que as MPEs, em geral, trabalham com uma equipe reduzida, baixa escala de produtos e menor volume de carga para a logística internacional, vemos um avanço expressivo nas últimas décadas. O uso de tecnologias e a parceria com bons prestadores de serviços diminuem esse impacto de inserção no mercado externo e são aliados no desenvolvimento da cultura exportadora nas empresas.

Buscar o suporte profissional qualificado em comércio internacional para se assegurar de todos os registros junto aos órgãos intervenientes, além de pesquisar sobre os possíveis destinos, são os primeiros passos para uma jornada exitosa. Tal processo envolve ainda a definição dos Incoterms (Termos Internacionais de Comércio, que consiste nos direitos e obrigações do exportador e do importador no contrato internacional) e a escolha do modal de transporte mais adequado (uma equação que envolve custo x tempo de trânsito).

A logística internacional tem ampliado as possibilidades para atender às novas situações e demandas. A consolidação de cargas em contêiner marítimo é uma solução muito vantajosa para empresas que necessitam transportar menores volumes e ter um frete competitivo. O tempo de trânsito das operações marítimas está cada dia menor. Para se ter uma ideia, há 20 anos, uma operação de exportação de carga consolidada do porto de Santos (SP) para o porto de Shanghai, na China, durava, em média, 45 a 60 dias. Hoje, é possível fazer o mesmo trajeto em quase metade do tempo, entre 25 e 35 dias.

Essas mudanças de cenário têm se configurado em uma importante janela para as MPEs terem mais segurança para atuar no comércio global. As fronteiras deixam de ser uma oportunidade apenas para as grandes empresas, o que é muito favorável para os pequenos empreendedores e, também, para o Brasil.

*MARCIO DIAS é Chief Commercial Officer (CCO) da Craft

Jornal ESTADÃO Mato Grosso
FUNDADOR
GEANDRÉ FRANK LATORRACA DORT - 0003325/MT
MICHELLE DORILEO
EM 2019

DIRETOR GERAL:
GEANDRÉ F. LATORRACA

DIRETOR COMERCIAL:
TIAGO DORILEO

EDITOR CHEFE:
GABRIEL SOARES

EDITORA ADJUNTA:
CÁTIA ALVES

EDITOR ADJUNTO:
TARLEY CARVALHO

EDITOR DE ARTE:
AQUILES A. AMORIM

EDITORA / SOCIAL MEDIA:
GLÁUCIA M. R. DE ALMEIDA

REPORTAGEM:
BRUNA CARDOSO
FERNANDA LEITE
IGOR GUILHERME
THIAGO P. BALDOINO

ESTAGIÁRIOS:
JOÃO CARLOS

COLONISTAS SOCIAIS:
HEBERT MATTOS
VALDOMIRO ARRUDA
WARNER WILLON

ASSESSORIA JURÍDICA:
ARIADNE MARTINS FONTES - OAB/MT 12.953

AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS:
AGÊNCIA BRASIL

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:redacao@estadaomatogrosso.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO-SRP Nº 010/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE CONVOCAÇÃO PARA RETORNO DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA AVISO DE REQUERIMENTO SEMA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

ENERMAD COMERCIO DE MADEIRAS LTDA CNPJ 36.932.937/0001-42, localizada no município de Feliz Natal/MT, vem através deste...

JOÃO LOPES GUERREIRO EIRELI, CNPJ 28.967.415/0001-58, torna público que requereu à Secretaria de Agricultura...

A CLARO S.A inscrita no CNPJ: 40.432.544/0443-57 torna público que requereu à Secretaria Estadual de Meio Ambiente...

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2024 - SRP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS AVISO DE LICITAÇÃO - PE Nº 010/2024/PMGB-MT

A CLARO S.A inscrita no CNPJ: 40.432.544/0443-57 torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente...

A CLARO S.A inscrita no CNPJ: 40.432.544/0443-57 torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente...

A CLARO S.A inscrita no CNPJ: 40.432.544/0443-57 torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente...

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2024 - SRP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS AVISO DE LICITAÇÃO - PE Nº 011/2024/PMGB-MT

A CLARO S.A inscrita no CNPJ: 40.432.544/0443-57 torna público que requereu à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico...

A CLARO S.A inscrita no CNPJ: 40.432.544/0443-57 torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente...

A CLARO S.A inscrita no CNPJ: 40.432.544/0443-57 torna público que requereu à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural...

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2024 - SRP

A CLARO S.A inscrita no CNPJ: 40.432.544/0443-57 torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura...

A CLARO S.A inscrita no CNPJ: 40.432.544/0443-57 torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente...

RENATO THOMAZ - CPF 204.086.177-72, torna público que requereu a Secretaria de Estado de Meio Ambiente...

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA Nº 004/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU AVISO DE 1ª REABERTURA DE LICITAÇÃO DESERTA

SecoviMT EDITAL DE CONVOCAÇÃO O Presidente do Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais...

DURLICOUROS IND E COM DE CORTOS, EXP E IMPORTAÇÃO LTDA - CNPJ: 00.105.229/0006-03, torna público que requereu a Secretaria de Estado do Meio Ambiente...

GAILA DERIVADOS DE PETROLEO LTDA - CNPJ: 33.779.624/0001-08, torna público que requereu a Secretaria de Estado de Meio Ambiente...

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 025/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU AVISO DE 1ª REABERTURA DE LICITAÇÃO DESERTA PREGÃO ELETRÔNICO-SRP Nº 007/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 035/2024

A SLC PAIAGUAS EMPREENDIMENTOS AGRICOLAS LTDA inscrita no CNPJ: 19.765.671/0001-71 torna público que requereu da Secretaria Municipal do Meio Ambiente...

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 029/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA AVISO DE ERRATA PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 183/2023

REQUERIMENTO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu, CNPJ nº 37.465.309/0001-67, torna público que requereu junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente...

conforme deliberado em reunião de sócios de 16 de maio de 2024, em razão do erro na somatória dos bens imóveis e moeda corrente nacional...

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 025/2024 CRITÉRIO DE JULGAMENTO: "MENOR PREÇO"

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 029/2024 CRITÉRIO DE JULGAMENTO: "MENOR PREÇO"

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO SINFRA - SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

CLASSIFICADOS EDITAIS - ATAS - BALANÇOS ANUNCIE AQUI Fone: (65) 99830-1111

anuncie conosco ESTADO MATO GROSSO (65) 99830-1111

A CLARO S.A inscrita no CNPJ: 40.432.544/0443-57 torna público que requereu à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico...



A CLARO S.A inscrita no CNPJ: 40.432.544/0443-57 torna público que requereu à Secretaria Estadual de Meio Ambiente...

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2024

CONSUMIDORES PREOCUPADOS

Custo da cesta básica aumenta

O terceiro aumento consecutivo no preço, de 2,48%, alcançou, assim, o valor de R\$ 777,12. Destaque para a batata, tomate e café

Da redação

O custo da cesta básica em Cuiabá segue em alta, registrando a terceira semana consecutiva de aumento. O valor necessário para garantir os mantimentos essenciais para uma família de quatro pessoas na capital mato-grossense subiu 2,48%, atingindo R\$ 777,12. Este aumento representa um acréscimo de R\$ 18,82 em relação à semana anterior e deixa o valor 1,79% superior aos R\$ 763,00 verificados na terceira semana de maio do ano passado.

José Wenceslau de Souza Júnior, presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Mato Grosso (Fecomércio-MT), destacou a influência das condições climáticas adversas no aumento dos preços dos alimentos, apontando que estas questões interferem significativamente na elevação dos custos, tanto em comparação semanal quanto anual.

"Pela terceira semana consecutiva, o preço da cesta básica mostra cres-



Maio segue registrando aumento cesta básica em Cuiabá e custo chega a R\$ 777,12, impactando na batata, tomate e no café

cimento em Cuiabá e retoma agora um patamar superior na comparação com o ano passado, o que incide sobre a organização das famílias e as escolhas de consumo", afirmou.

Os produtos que mais impactaram o aumento da cesta básica foram a batata, o tomate e o café. O preço da batata apre-

sentou um salto expressivo de 22,65%, passando de R\$ 7,20/kg para R\$ 8,84/kg em uma semana. Este aumento foi atribuído tanto às condições climáticas adversas no sul do país, uma região produtora do tubérculo, quanto ao fim da safra das águas. Na comparação anual, o preço da ba-

tata subiu impressionantes 60,45%, em relação aos R\$ 5,51/kg registrados no ano passado.

O tomate também contribuiu significativamente para o aumento da cesta básica. Seu preço subiu 6,93%, passando de R\$ 9,16/kg para R\$ 9,79/kg. As chuvas, que afetaram a qualidade do fruto e a len-

tidão na colheita da safra de inverno, foram os principais fatores para essa alta. Em comparação com o mesmo período do ano passado, o preço do tomate está 16,70% maior.

Outro item essencial que sofreu aumento foi o café, cujo preço médio aumentou 2,59% esta semana, chegando a R\$

16,67/500g. Apesar do aumento semanal, o café está 3,37% mais barato em relação à mesma semana do ano passado. Segundo análise do Instituto de Pesquisa e Análise da Fecomércio Mato Grosso (IPF-MT), as flutuações do mercado internacional, influenciadas por perspectivas climáticas, têm impactado o preço interno do café.

O superintendente da Fecomércio-MT, Igor Cunha, ressaltou que as chuvas no Sul do país estão afetando os custos dos alimentos, uma vez que a região é uma grande produtora agropecuária. "Essas adversidades já podem ter impactado no preço dos alimentos, pois a região é uma grande produtora agropecuária. Questões logísticas também podem ter influenciado em culturas que não foram afetadas diretamente, mas acabam interferindo na dinâmica da oferta de produtos, como a batata e o tomate nesta semana. Ainda há uma preocupação com o comportamento do arroz nas semanas posteriores", comentou.

CRESCIMENTO

Fazenda aumenta para 2,5% estimativa do PIB

Wellton Máximo - ABr

A Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda aumentou, de 2,2% para 2,5%, a estimativa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB, soma das riquezas produzidas) em 2024. As previsões estão no Boletim Macroeconômico, divulgado nesta quinta-feira (16).

Em relação à inflação, o documento elevou, de 3,5% para 3,7%, a projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) neste ano. O resultado está dentro da meta de inflação para o ano, definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior é 4,5%. Para 2025, a estimativa avançou de 3,1% para 3,2%.

Segundo a SPE, contribuíram para o crescimento das estimativas para o PIB o avanço robusto das vendas no varejo e dos serviços prestados às famílias, o aumento na criação líquida de postos de trabalho e a expansão das concessões de crédito. De acordo com o órgão, os sinais de recuperação do investimento, baseados na expansão da construção civil e no crescimento das importações de bens de capitais (bens usados na produção), também ajudaram a elevar a projeção.

Outro fator que contribuiu para a elevação das estimativas do PIB são as exportações. Segundo a SPE, a recente alta do dólar contribuiu para melhorar as vendas externas em 2024.

SETORES - Em relação aos setores da economia, a SPE considera que a expansão projetada para serviços no ano mais que compensou as revisões para baixo nas estimativas de crescimento da agropecuária e da indústria. Para a agropecuária, a estimativa passou de queda de 1,3% para queda de 1,4%, refletindo principalmente a redução nos prognósticos para a safra de soja e de milho em 2024.

Em contrapartida, a projeção de crescimento para a indústria em 2024 passou de 2,5% para 2,4%. A revisão para baixo decorre de dados mais fracos observados no primeiro trimestre para indústria extrativa e para produção de bens de capital. Em contrapartida, a projeção de crescimento dos serviços em 2024 subiu de 2,4% para 2,7%.

RIO GRANDE DO SUL - A SPE ressaltou que as estimativas para o PIB não consideram os impactos das enchentes no Rio Grande do Sul na atividade econômica. Segundo o órgão, a magnitude do impacto depende da ocorrência de novos eventos climáticos, de transbordamentos desses impactos para estados próximos e do efeito de programas de auxílio fiscal e de crédito nas cidades atingidas pelas chuvas.

Com peso de cerca de 6,5% do PIB brasileiro, o Rio Grande do Sul deverá registrar perdas principalmente no segundo trimestre, parcialmente compensadas nos trimestres seguintes. Atividades ligadas à agropecuária e à indústria de transformação deverão ser as mais afetadas a nível nacional, por serem mais represen-

tativas no PIB do estado que no PIB brasileiro.

ALIMENTOS - Em relação à inflação, a SPE destacou que a alta na estimativa para o IPCA decorre tanto da alta do dólar sobre os preços livres como dos impactos das fortes chuvas no Rio Grande do Sul na oferta de alimentos in natura, arroz, carnes e aves. Segundo o boletim, o preço desses alimentos deve subir mais intensamente nos próximos dois meses, mas parte relevante desse aumento deve ser devolvida nos meses seguintes, com a normalização da oferta.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), utilizado para estabelecer o valor do salário mínimo e corrigir aposentadorias, deverá encerrar este ano com variação de 3,5%, um pouco mais alto que os 3,25% divulgados no boletim anterior, em março. A projeção para o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), que inclui o setor atacadista, o custo da construção civil e o consumidor final, foi mantida em 3,5% este ano.

Os números do Boletim Macroeconômico são usados no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas, que será divulgado no próximo dia 22. Publicado a cada dois meses, o relatório traz projeções para a execução do Orçamento com base no desempenho das receitas e da previsão de gastos do governo, com o PIB e a inflação entrando em alguns cálculos. Com base no cumprimento da meta de déficit primário e do limite de gastos do novo arcabouço fiscal, o governo bloqueia alguns gastos não obrigatórios.



A projeção de crescimento para a indústria em 2024 passou de 2,5% para 2,4%

Fonte do Pajadar
Restaurante

O MELHOR DA COMIDA CASEIRA!

PEÇA AGORA!
65 97400-7660
ou pelo app: ifood

Av. XV de Novembro, 211
Centro Sul, Cuiabá - MT,
78020-301